

MOÇÃO N.º 1

Como é sabido, algumas Câmaras Municipais assumem a gestão não pedagógica da escolaridade até ao sexto ano, de todas as crianças incluindo as que têm necessidades educativas especiais.

A partir do sétimo ano de escolaridade inclusive, o ensino está totalmente a cargo do Ministério da Educação e sucede que nada foi previsto para as crianças com necessidades especiais, estando as famílias desesperadas, principalmente as de fracos recursos e o setor de apoio social privado não tem resposta para o problema.

Ao mesmo tempo que o Governo deixa tantas famílias em situação extremamente difícil, até porque os salários são cada vez mais baixos, o ME oferece 237,3 milhões de euros às escolas privadas no OE 2015 sem qualquer necessidade, dado que a escola pública abrange hoje a totalidade do território nacional. Esta verba dava para apoiar todas as crianças deficientes do País e não apenas os filhos dos mais ricos que são aceites pelas escolas privadas, as quais, ao contrário das públicas, só aceitam quem quiserem. A liberdade de escolha é dos proprietários das escolas.

Nada temos contra o ensino privado, mas nunca à custa do dinheiro dos contribuintes.

Com uma dívida que aumentou nos últimos quatro anos em 56 mil milhões de euros, ou seja, 1,8 milhões de euros por hora, atingindo os 230 mil milhões de euros, não se justifica a entrega de verbas a privados.

O governo da coligação recebeu uma dívida de 174 mil milhões de euros, incluindo aqui as dívidas das autarquias e das empresas públicas e passa a si mesmo ou a outro governo um gigantesco débito de 230 mil milhões ou mais, atendendo aos empréstimos pedidos recentemente.

Proponho pois que esta Moção seja aprovada e endereçada ao Sr. Ministro da Educação com o pedido de que cumpra a sua obrigação de apoiar as crianças deficientes que carecem de cuidados educativos especiais.

Lumiar, 16 de Setembro de 2015.

O Proponente

Dieter Dellinger (PS)

APROVADA POR MAIORIA, COM 12 VOTOS A FAVOR, 6 CONTRA E 1 ABSTENÇÃO